

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO - APONTAMENTOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ana De Pellegrin¹

Dayse Alisson Camara Cauper²

Tiago Onofre³

RESUMO

Este trabalho busca apresentar o cenário atual do estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física na Faculdade de Educação Física e Dança da UFG, destacando as novas e diversas exigências apresentadas pela realidade específica de cada escola campo, seja na rede municipal, estadual ou federal de educação. Pretende-se também apontá-las, observando as especificidades, como desdobramentos de mudanças macroestruturais, tais como as políticas educacionais que seguem as concepções e modelos preconizados pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento) e se fazem sentir no conjunto da organização do trabalho pedagógico da educação básica, impactando a própria dinâmica das escolas e a estrutura do estágio supervisionado. Identifica-se como tendência a inserção cada vez mais intensa da lógica empresarial e privatista nas redes públicas, fruto do processo de reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado. Os efeitos aparecem na dinâmica da escola e do trabalho docente na educação básica, em suas diferentes fases, afetando também o processo formativo que o estágio representa para os (as) estudantes da Licenciatura em Educação Física. O aumento de exigências burocráticas, condições de trabalho cada vez piores e perda de direitos trabalhistas historicamente conquistados são os elementos mais imediatamente visíveis desta tendência corporativa que se pode considerar hegemônica. Essa situação dificulta o andamento do estágio na medida em que os (as) professores (as) das escolas não conseguem acompanhar adequadamente o trabalho desenvolvido pelos (as) estagiários (as). Além disso, a precarização do trabalho dos (as) professores (as) tem causado greves frequentemente, o que interfere diretamente no calendário de intervenções pedagógicas do estágio, ainda que identifiquemos esse momento como espaço de resistência ao cenário apresentado e tenhamos clareza da sua contribuição para a formação dos (as) futuros (as) docentes.

PALAVRAS CHAVE: Reestruturação produtiva, Estágio Curricular Supervisionado, Educação Física, Educação Básica.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da UFG, adpellegrin@uol.com.br

² Especialista em Educação Física Escolar pela Escola Superior de Educação Física de Muzambinho/MG. Professora da UFG, daysecamaracauper@gmail.com

³ Mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília. Professor da UEG, tiagoonofre007@gmail.com

Impactos da ofensiva do capital no processo de reconfiguração da educação

A educação básica vem sofrendo constantes mudanças nos últimos anos, acarretando novas exigências e impactos condicionados pelos processos de reestruturação produtiva (acumulação flexível), política (neoliberalismo) e econômica (globalização), balizadores da nova ordem social. Por um lado, há um outro perfil de sujeito a ser formado, constituindo um trabalhador de novo tipo, voltado para as atuais formas de organização do mundo do trabalho e para o exercício de um outro tipo de cidadania. De outro, ainda fruto da reestruturação produtiva, a própria escola se reorganiza, exigindo novas posturas e habilidades para os profissionais que nela atuam. Simultaneamente, há mudanças no papel do Estado frente à configuração das políticas educacionais⁴, modificando seus objetivos e adequando-as ao processo de governança e competitividade global:

As privatizações, a flexibilização dos direitos sociais, a desregulamentação do mundo do trabalho, o enquadramento do país na subserviência financeira de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram as formas pelas quais diferentes governos mantiveram a rota de um expropriador projeto neoliberal. (DE PELLEGRIN, 2007, p.46)

Este conjunto de mudanças tem sido identificadas como expressões fenomênicas e reações ao anúncio de uma crise generalizada. O marco principal dessas transformações foi a crise de produção capitalista em 1973, com o esgotamento e inadequação do modelo taylorista/fordista. A emergência de novos modelos, entre eles, o toyotismo, incidiu numa reconfiguração de base material, a reestruturação produtiva, e no reordenamento do Estado. Se constituem, portanto, novas respostas e novos enfrentamentos para retomar a taxa de lucro do capital, renovando as condições para a sua continuidade (NETTO; BRAZ, 2010).

Entre outros autores, Saviani (2002) aponta para um movimento de gerenciamento das crises sucessivas do capital. O capitalismo se retroalimenta das próprias respostas produzidas como espécie de “antídoto”. Capitaneando a formulação deste conjunto de respostas estão os organismos de controle internacional - OCDE, Banco Mundial, FMI - que detêm o controle sobre a dívida externa dos países ditos periféricos/semiperiféricos. Em tais condições, esses países estão sujeitos às imposições político-econômicas dessas organizações reguladoras que, como assevera Ianni (1999),

⁴O termo *políticas educacionais* (com letras minúsculas) refere-se às iniciativas, ideias e ações do poder público no que se refere à Educação. (VIEIRA, 2009)

[...] têm sido capazes de induzir, bloquear ou reorientar políticas econômicas nacionais. Dispõem de legitimidade, recursos e capacidade para agir em todos os países membros, localizados em todos os continentes [...] Uma espécie de governo mundial manifesta-se nas diretrizes, atuações e interpretações das instituições que organizam e controlam o sistema monetário internacional. Suas atuações propiciam a dinamização das forças do mercado, mas segundo as coordenadas do status quo, os princípios da economia política do neoliberalismo. (IANNI, 1999, p.132-3)

Em relação às políticas de educação, Coraggio (1998) assim refere-se à forma como as agências reguladoras expressam diretrizes a serem seguidas:

[...] Em recente documento, o Banco “reconhece que as políticas devem ser diferentes para cada país, de acordo com a etapa de desenvolvimento educacional e econômico e com o seu contexto histórico e político” (Banco Mundial, 1995). Entretanto, depreende-se deste e de outros documentos que – oficialmente – o Banco detém um saber certo sobre o que todos os governos devem fazer, um pacote pronto para aplicar, como medidas associadas à reforma educativa universal. (CORAGGIO, 1998, p.100)

Pela ótica neoliberal, nesta nova ordem econômica, é o Estado que precisa ser reformado. O Estado “que gerou a crise” atendendo às demandas sociais deve ser reconfigurado:

Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. Para a corrente neoliberal, caberá ao mercado superar as falhas do Estado. Portanto, a lógica deste deve prevalecer inclusive em si mesmo, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. O diagnóstico é que o Estado entrou em crise porque gastou mais do que podia para se legitimar, pois tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal. E, também, porque, ao regulamentar a economia, restringe a livre iniciativa. (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p.764)

O conjunto de reformas visa a integração do país à economia mundial, a partir de medidas de combate ao déficit público, ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo aos investimentos externos, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Silva Jr. e Sguissardi (2001) apontam que, no Brasil, o processo de reforma do Estado se efetiva através do MARE (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado), sob o comando do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da reforma administrativa do Estado, denominada de administração pública gerencial. Esta tem como características básicas: é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos

são merecedores de grau limitado de confiança; serve-se, estrategicamente da descentralização e do incentivo à criatividade e inovação e utiliza o contrato como instrumento de controle dos gestores públicos. (BRESSER PEREIRA, 2003, p.33)

A presente contrarreforma⁵ visa duas metas: a redução dos gastos públicos a curto prazo e o aumento da eficiência mediante orientação gerencial, a médio prazo (p.32). O conceito central nas reformas atende pelo viés da descentralização do Estado Moderno frente à gestão da administração pública, buscando aumentar a eficiência e a eficácia. Chama a atenção o que vem a constituir as atividades exclusivas⁶ e os serviços não exclusivos⁷ do Estado, assim como o conceito de setor público não estatal⁸. Quanto às atividades exclusivas, temos claramente o caráter do Estado Moderno como regulador e transferidor de recursos; quanto ao caráter não exclusivo, as atividades do Estado se transferem para o mercado ou para o setor público não estatal através da parceria ou até mesmo do hibridismo entre público e privado.

Deste modo, o Estado vem incorporando todos os conceitos administrativos empresariais com o suposto intuito de garantir a qualidade total da administração pública. Há, portanto, a transposição da organização da empresa para dentro da organização estatal. Paralelamente, vemos a transferência de atribuições do Estado para o setor privado, mediado pelo mercado, no oferecimento dos serviços públicos.

A nova organização do Estado, dentro de um conjunto de mudanças, está interligada a uma alteração na produção. No contexto atual, por um lado, a reestruturação produtiva ocorre em esfera global, mundializando a produção, dentro de um processo compreendido como globalização da economia. Por outro lado, o implemento de novas tecnologias, sobretudo a informática e a robótica, alteram a base técnica e organizacional do trabalho.

⁵Behring e Boschetti (2008: 149) demonstram que houve uma apropriação indébita e ideológica da ideia reformista, que destituída do seu conteúdo redistributivo de origem socialdemocrata, passa a ser identificada a qualquer tipo de mudança. Lembram que o termo reforma ganhou sentido no debate do movimento operário em suas estratégias revolucionárias. É um processo favorável aos trabalhadores (as), é um patrimônio da esquerda. No atual processo de retração do movimento operário, verifica-se, então, a contrarreforma do Estado.

⁶ São aquelas que envolvem o poder de Estado e garantem diretamente que as leis e as políticas sejam cumpridas e financiadas – entre elas as agências reguladoras, de financiamento, fomento e controle dos serviços sociais.

⁷ O Estado provê, mas podem também ser oferecidos pelo mercado e pelo setor público não estatal.

⁸Como se trata de um serviço para grandes contingentes populacionais, convencionou-se chamar de “público”; e já que é executado pelo setor privado, supostamente sem fins lucrativos (confessional, filantrópico ou comunitário), então *público não-estatal*.

Segundo Alves (2010), o Toyotismo⁹ se constituiu como momento predominante¹⁰ da acumulação flexível, mostrando-se adequado às necessidades de acumulação em tempos de crise e à nova base técnica de produção. Exige o máximo da subjetividade do trabalhador e propicia ideologicamente o caráter participativo no trabalho. A sua característica central é a manipulação do consentimento operário via novos imperativos como trabalho em equipe, polivalente, flexível, participativo, corporativo, multifuncional etc.

Para Antunes (2009), as várias transformações no processo produtivo são decorrentes da concorrência econômica globalizada, da corrida tecnológica por inovações produtivas e da necessidade de controle das lutas sociais. A nova estrutura se flexibiliza cada vez mais via desconcentração e terceirização. A flexibilidade passa a ser a palavra de ordem, compreendida como capacidade de adaptação, veloz modificação e alta volatilidade.

As mudanças repercutem no mundo do trabalho por meio da desregulamentação dos direitos trabalhistas, fragmentação, precarização e terceirização da força de trabalho. Há a redução de postos de trabalho e do vínculo empregatício, acirrando ainda mais a disputa pela empregabilidade e o número de contratos temporários, casuais. Neste cenário, exige-se um novo tipo de trabalhador que se adeque e sobreviva às novas exigências.

O impacto incide diretamente na educação, na formação superior, e fortemente na formação de professores. Coerentemente à contrarreforma do Estado, inicia-se um processo de reforma educacional, adequada aos novos tempos e demandas, por meio de normativas que reestruturam a educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional de Educação) e os currículos (Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais). No conjunto, os documentos indicam o aumento de duração da Educação Básica e a reorganização da Educação Superior, orientados pelos princípios de habilidades e

⁹Diferencia-se do fordismo basicamente nos seguintes traços; 1) É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor. A produção é variada e bastante heterogênea; 2) Fundamenta-se no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções; 3) A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário a operação simultânea em várias máquinas; 4) Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; 5) Funciona segundo o sistema kanban que indica através de placas ou senhas de comando para a reposição de peças e estoque, objetivando a manutenção do estoque mínimo; 6) As empresas, inclusive as terceirizadas, possuem uma estrutura horizontalizada. São responsáveis por apenas 25% da produção, priorizando o que é central em sua especialidade, focalizando determinado produto e repassam a “terceiros” grande parte do que era produzido no interior do seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, terceirizadas, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores; 7) Organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), grupos de trabalhadores que discutem o seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa, constituindo num instrumento de apropriação do intelectual e cognitivo dos trabalhadores pelo capital. (ANTUNES, 2009).

¹⁰ Assume valor universal e flexível embora não rompa completamente com outras formas de organização, tais como o fordismo, mesclando-se num processo híbrido.

competências político-econômicas mínimas, necessárias e demandadas ao exercício do trabalho e cidadania, no interior da nova configuração societal.

Na formação superior¹¹, observa-se uma tendência à criação de cursos superiores cada vez mais enxutos, com ênfase no domínio de competências e não na qualificação. Em nenhum outro momento foi tão ampla a oferta de cursos de gestão - gestão de recursos, gestão de pessoas, gestão e administração, gestão escolar, gestão de negócios, empreendedorismo - especialmente no âmbito das universidades privadas.

Paralelamente, os novos modelos de gestão¹², característicos da reestruturação produtiva e do mundo corporativo, são cada vez mais exportados para as redes públicas de educação, incorporados forçadamente pelas escolas, alterando a sua composição, estrutura e gestão, nos aspectos físicos e organizacionais, balizados pelos princípios da produtividade, eficácia, excelência e eficiência (CARVALHO, 2009).

Por fim, temos a centralidade dos professores como agentes responsáveis pelas mudanças educacionais, seja pelo desempenho dos alunos, da escola ou do sistema. Segundo Oliveira (2004), entre o texto e o contexto, diante das diversas demandas e responsabilidades delegadas às escolas, os professores tomam para si a responsabilidade pelo êxito dos programas. Em certa medida, essas exigências contribuem para a desqualificação e desvalorização profissional, além de reforçar a escassez e o desinteresse na formação de novos professores sendo, portanto, sintomas da retirada da responsabilização do Estado, incidindo no quadro de flexibilização e aligeiramento da formação, frutos de uma política emergencial e focalizada (FREITAS, 2007).

A formação de professores em Educação Física na FEFD/UFG

A Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) da Universidade Federal de Goiás recebe 80 novos (as) estudantes a cada ano no curso de Licenciatura em Educação Física, na

¹¹ Seguindo um projeto de âmbito global, Sguissardi (2009) demonstra que alguns traços das orientações do Banco Mundial aos países em desenvolvimento são encontrados nos documentos *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1994 apud SGUISSARDI, 2009). Nele ressalva-se a importância da educação superior para o desenvolvimento econômico social. Em síntese, o documento indica quatro orientações-chave para a Educação Superior: 1) Diferenciação institucional. 2) Incentivo à diversificação das fontes de financiamento, estimulando a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento e os resultados; 3) Redefinição das políticas educacionais no ensino superior; 4) Prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

¹² Tanto a gestão educacional, quanto a gestão escolar incorporam, salvas as particularidades, o modelo gerencial da gestão empresarial, de mercado. Neste sentido, cabe à gestão educacional, por meio da regulação, controle e avaliação, a formulação da política e dos objetivos, metas e estratégias a serem alcançados, protagonizando na gestão escolar a execução e responsabilização, eficiente e eficaz, dos resultados educacionais.

modalidade presencial, 40 no turno matutino e 40 no turno vespertino. O curso de licenciatura habilita para o exercício da docência nas três etapas que compõem a educação básica e seus egressos podem lecionar tanto na rede pública quanto privada.

A partir do 5º período do curso, os (as) licenciandos (as) iniciam o estágio curricular supervisionado que, por uma decisão política¹³ do coletivo da FEFD, é ofertado prioritariamente em escolas da rede pública de educação. A lei 11.788/2008, e as resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação, em âmbito federal, e as resoluções CEPEC 731/05, CEPEC 631/03, 001/2006 FEF/UFG e 002/2006 FEF/UFG, em âmbito local, são os marcos legais que norteiam a configuração do estágio curricular supervisionado, distribuído em 400 horas durante o terceiro e quarto anos de curso.

Em trabalho anterior, alguns professores e professoras atuantes no estágio da Licenciatura em Educação Física da FEFD apontaram contradições e conflitos advindos deste processo de reordenamento legal, evidenciando a concepção de formação e de trabalho dos quais são expressões notórias as suas normativas e diretrizes:

O que se observa com as mudanças no campo do estágio das licenciaturas é o mesmo que se passa com a universidade. [...] A autoridade de construir suas próprias regras e de definir seus rumos tem se tornado bem mais difícil com a vinculação do ensino à necessidade de profissionalização, da ciência e da pesquisa aos interesses e às leis de mercado, com o controle tecnológico das informações por parte do Estado, das multinacionais, dos organismos transnacionais e com as políticas neoliberais que estabeleceram para a educação as mesmas condições da concorrência, da produção de mercadorias, do gerenciamento empresarial, do rendimento, da eficácia e da flexibilização (DE PELLEGRIN; PEREIRA; RODRIGUES e SILVA; 2011, p.111-112)

De 2011 para 2015, é possível observar que o processo avança, consolidando a clara influência dos organismos internacionais, reforçando as tendências da lógica privatista e empresarial que impactam a construção e manutenção de currículos e o trabalho docente no interior das universidades e redes públicas de educação básica.

As experiências docentes no estágio curricular supervisionado têm mostrado que aumentam significativamente as semelhanças do trabalho docente com o trabalho cada vez mais fragmentado de outros campos da atuação humana:

Dadas as condições atuais do modo capitalista de produção da vida material, o trabalho docente configura-se como uma profissão extremamente degradada, marcada por processos alienantes e pela divisão técnica e social

¹³Art. 6º da Resolução 002/2006, FEF/UFG, CAP.III.

do trabalho. Exercida mediante péssimas condições - faltam insumos pedagógicos, prédios mal estruturados, salas insalubres e hiperlotadas, formação insuficiente e precária, emprego temporário - e salários aviltantes diante das crescentes exigências e da quantidade de trabalho (formação superior inicial e permanente, cursos, livros etc.) Essas questões, expressas pelas representações e análises sobre o magistério, compõem, assim, uma conformação complexa de imagens, ideias, pensamentos e valorações atribuídas e autoconstruídas, no sentido de arquitetar uma identidade docente que, ao fim, é também uma identidade politicamente situada. (SILVA, 2011, p. 45)

As tendências de mercado na educação se manifestam de formas diversas e se materializam basicamente pelas políticas de responsabilização, meritocracia e privatização (FREITAS, 2011), das quais o estado de Goiás figura como exemplo típico.

Na Licenciatura em Educação Física da UFG, temos atualmente¹⁴ um conjunto variado e heterogêneo de escolas campo de estágio, que apresentam novas e diversas exigências aos (às) professores (as) e aos (às) estudantes. Observamos que cada uma, em sua especificidade, tende a ser atingida de alguma forma por algum elemento das tendências privatistas que têm dominado o cenário das políticas de educação em nosso país.

O conjunto de escolas campo está hoje assim configurado: 6 escolas da Rede Municipal de Goiânia; 2 escolas da Rede Estadual de Goiás; 1 escola da Rede Municipal de Alto Paraíso de Goiás; 2 escolas da Rede Federal, CEPAE/UFG e IFG - Campus Goiânia. Cabe aqui mencionar que em 2015 todos os grupos de estagiários (as), distribuídos nas escolas acima, tiveram seus planos de trabalho interrompidos devido à greve das escolas campo ou da própria universidade. A paralisação das atividades, que dá visibilidade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação por melhores condições de trabalho e pela manutenção dos direitos adquiridos historicamente, tem impacto direto sobre o cronograma da disciplina. Contudo, se as greves têm exigido redefinições nos planos de ensino, têm também ensinado a acadêmicas e acadêmicos que o movimento grevista se constitui igualmente como um importante espaço de formação.

Nas duas escolas estaduais, campos de estágio da Licenciatura em Educação Física da FEFD, são bastante perceptíveis os impactos da política, conhecida como Pacto pela

¹⁴Em 2015 o coletivo de professores do estágio da FEFD, motivados por reivindicações apresentadas pelos (as) estudantes nos Seminários da referida disciplina que, dentre outras questões, solicitavam mais autonomia nos campos de estágio, decidiu reformular a organização pedagógica da disciplina ECS II em caráter experimental, o que gerou, dentre outras mudanças, a expansão dos campos de estágio, que passaram de 7 em 2014 para 12 em 2015. Desde janeiro/2015 a orientação dos professores da FEFD, que era feita 100% in loco passou a acontecer eventualmente in loco e sistematicamente pela plataforma *moodle*. Não houve alteração na supervisão que segue sendo realizada 100% pelos professores e pelas professoras do campo.

Educação, implementada pela Secretaria de Educação e Cultura, hoje Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE. O aumento das tarefas burocráticas dos (as) professores (as), a promessa de bonificação condicionada à exigência de envio de planejamento quinzenal *on line*, ou mesmo a não ocorrência de faltas do (a) professor (a) ao trabalho por qualquer motivo, a instauração de uma concorrência deliberada entre escolas baseada na nota do IDEB e nas diversas avaliações em larga escala, entre outros episódios, vêm mostrando o quanto a lógica empresarial tem sido dominante.

Em consequência deste processo, são inviabilizadas possibilidades de formação crítica de crianças, jovens e adultos (as) nas escolas, uma vez que a avaliação em larga escala, por exemplo, tornou-se quase uma atividade fim da escola, comprometendo parte da formação dos (as) estudantes com a exigência de índices abstratos que ameaçam a escola com consequências nefastas concretas.

Algumas escolas da Rede Estadual de Goiás vêm passando por uma transição bastante específica e impactante que é o processo de militarização. As escolas passaram a ser geridas por membros da Polícia Militar e passaram a funcionar de acordo com a lógica dos colégios militares (compra de material, compra de fardamento, códigos hierárquicos e disciplinares, perfilamento, revista, continência, entre outros...). Vários questionamentos podem ser apontados aqui. O primeiro deles refere-se ao projeto de formação humana que orienta a educação militar, quais são os posicionamentos desta forma de educar em relação ao currículo, aos conteúdos, às questões de gênero e sexualidade, às questões do corpo de um modo geral, à convivência na escola.

Uma outra contradição a ser pontuada é o Estado se revelando incapaz de propor soluções para os conflitos e problemas da educação pública, em nome de uma concepção restrita de segurança pública (suposto combate à violência na escola), delegando a uma instituição, cujas finalidades nada têm a ver com educação, a administração e funcionamento de um conjunto de escolas.

Por fim encontra-se em andamento o processo de privatização das escolas estaduais de Goiás, via edital, para gerenciamento de escolas públicas por grupos privados, Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) ou mesmo por meio de uma parceria público privada (PPP). Cabe ressaltar que neste caso, os (as) professores (as) deixam de ser concursados no regime estatutário, para serem trabalhadores (as) celetistas, o que afeta, dentre outras coisas, a carreira e o salário. Há quem considere este um “processo sem volta”.

O CEPAE, que é uma escola federal (antigo Colégio de Aplicação da UFG, hoje Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação), tem sido campo de estágio da FEFD há mais de duas décadas. Possui um projeto de estágio consolidado, configurando-se como espaço de formação das licenciaturas da UFG em geral. Neste ano de 2015, o CEPAE tem enfrentado problemas estruturais em suas instalações, por exemplo, com a presença de grande quantidade de macacos pregos no campus, que têm danificado os telhados da escola, chegando a arremessar telhas de cima dos telhados para o chão e até a atacar as pessoas na busca por comida. Não há, oficialmente, verba disponível para solucionar o problema.

As instalações, que atendem a educação infantil, ensino fundamental e médio, estão sendo sucateadas, e a segurança de estudantes e trabalhadores (as) está ameaçada por um problema que exige tratamento multidisciplinar (engenharia, arquitetura, manejo de fauna...). Porém, a partir dos cortes nas verbas da educação, recentemente anunciados pelo governo federal, a declaração da gestão da UFG é de que, no momento, não há recursos disponíveis para a resolução efetiva da questão. Tais cortes, da ordem de 11 bilhões de reais, fazem parte do pacote de medidas econômicas que visam salvar o Estado da crise fiscal.

Por se tratar de uma urgência, que pode inclusive levar a Universidade a ser responsabilizada legalmente em caso de danos pessoais, busca-se uma solução paliativa para minimizar os riscos de que algum (a) estudante ou trabalhador (a) seja atingido (a) por uma telha ou agredido (a) pelos macacos. Para que se concretize a solução realmente eficaz e adequada, será necessário aguardar a verba disponível e os trâmites legais de licitação e obra.

Na educação infantil, especificamente, também há problemas estruturais. O Departamento de Educação Infantil, antiga creche da UFG, vinculada desde 2013 ao CEPAE, vem há anos demonstrando a necessidade de reforma e aumento do espaço, inclusive para que se realize o atendimento pleno da educação infantil (zero a 6 anos).

Há também a necessidade de um quadro de servidores efetivos que atenda as demandas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e reduza a alta rotatividade de professores temporários, que impacta tanto na materialização da proposta pedagógica do DEI, quanto no processo de supervisão dos estagiários e das estagiárias em formação naquele espaço. Cabe ressaltar que todos os avanços conquistados até o anúncio dos cortes federais estão próximos do retrocesso. A fragilidade no quadro de pessoal efetivo na educação infantil - que hoje funciona com um terço de professores (as) efetivos (as), um terço de bolsistas e um terço de estagiários (as) - também é fruto do tratamento estatal reservado à educação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados no governo Lula e objeto de uma política de expansão do governo Dilma, não foram poupados dos cortes e dos consequentes riscos de privatização. Encontra-se em negociação a entrega da gestão dos Institutos ao Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC), que bancariam os cursos e toda a estrutura, em troca da manutenção integral do repasse bilionário de recurso do governo federal, também ameaçado de corte. Além de assumir os Institutos, o Sistema S se propõe a ajudar o governo a construir creches em parceria com as prefeituras.

A Escola Municipal Santo Antônio da Parida - Escola do Sertão, localizada no município de Alto Paraíso de Goiás, figura como uma exceção entre os campos de estágio que, de acordo com o tratamento estatal destinado ao ensino superior, tende a ser cada vez mais rara e menos possível. Trata-se de uma articulação entre o estágio curricular supervisionado e um projeto de extensão da Faculdade de Informação e Comunicação - FIC - em parceria com a FEFD (Terra Encantada Gente Miúda Direitos Integrais).

As dificuldades já existem em função da distância do município (Alto Paraíso de Goiás), porém, em alguma medida podem ser minimizadas pelo fato de o projeto de extensão contar com financiamento. Houve uma disponibilidade e uma disposição particulares dos (as) estudantes e professores (as) em assumir esta escola como campo de estágio. Um outro detalhe raro é que, no caso, a Escola do Sertão mantém parceria com a Rede Estadual de Goiás para atender a um pequeno grupo de estudantes do ensino médio em uma turma multi seriada. Além das especificidades citadas acima, há também a pauta de luta pela sobrevivência da escola do campo, numa atitude também de resistência aos desmandos governamentais.

Os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras têm denunciado fortemente a tendência privatista que domina o cenário da educação do campo. De acordo com dados do INEP, nos últimos 15 anos foram fechadas nada menos que 37 mil unidades de educação no meio rural. A construção de escolas e centros de educação infantil tem sido uma forte bandeira de luta dos movimentos sociais pela reforma agrária.

As Escolas da Rede Municipal de Goiânia vêm sofrendo com a falta de professores (as) e demais trabalhadores (as) efetivos (as) que, diante do desrespeito, descaso, ilegalidades, cortes de benefícios e outras atrocidades (Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de

Goiânia - SIMSED/GO)¹⁵ têm sofrido sobrecarga de trabalho e adoecimento. A ausência de concursos públicos, a retirada de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, os cortes, os congelamentos e as alterações nos planos de carreira acentuam a precarização do trabalho docente e interferem diretamente na qualidade da educação que é oferecida às crianças, jovens e adultos deste município.

É necessário também lembrar que a greve dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, seja da rede municipal de Goiânia, estadual de Goiás ou mesmo federal, têm sido momentos significativos de contraposição a esta cadeia de elementos que apontam para o desmonte da educação pública brasileira, laica, gratuita, pública e de qualidade.

Considerações Finais

Aumento de exigências burocráticas, condições de trabalho cada vez piores e perda de direitos trabalhistas historicamente conquistados são os elementos mais imediatamente visíveis desta tendência corporativa que se pode considerar hegemônica. O estágio, momento em que o (a) estudante deveria conhecer em toda a amplitude a dinâmica de funcionamento da escola e das redes, e a experiência do trabalho docente, protagonizando experiências pedagógicas significativas, acaba também sofrendo consequências desta perversa hegemonia.

Ainda que durante as greves o (a) estudante não deixe de estar em importante contato com a luta dos (as) trabalhadores (as) da educação, o consequente descompasso entre os calendários das Redes e da Universidade inviabiliza o desenvolvimento pleno de tais experiências pedagógicas. As greves, como mencionamos, são tentativas de resistência a esta forte penetração do ideário neoliberal e da estrutura privatista em todos os níveis da educação escolar em nosso país. O ano de 2015 iniciou com a greve da rede municipal de Goiânia, seguida da rede estadual de Goiás, e também da rede federal que se mobilizou maciçamente contra o desmonte da educação pública nacional.

Neste cenário de perversidade instaurado nas escolas campo cabe destacar a preocupação apontada anteriormente com a formação de crianças, jovens e adultos (as), e também com a formação dos (as) professores (as), que necessitam do diálogo sistemático com seus (suas) supervisores (as) (representados na relação de estágio pela figura do (a) professor (a) da escola campo) que, diante da precarização do trabalho a que é submetido (a)

¹⁵Com o fim da greve dos trabalhadores e trabalhadoras da educação do município de Goiânia em 2010, alguns (umas), não se sentindo mais representados (as) pelo Sintego, organizaram um Comando de luta alternativo. Ver <http://simsed.blogspot.com.br/p/historia-do-sindicato.html>

diariamente, não encontra fôlego suficiente para contribuir de forma vigorosa com a formação dos (as) acadêmicos (as).

Embora o projeto de estágio da FEFD/UFG, elaborado em consonância com os marcos legais citados anteriormente, indique as atribuições do (a) supervisor (a) na relação com o (a) estagiário (a) e com o (a) professor (a) orientador (a) da disciplina, legitimando seu papel de co-partícipe na formação dos (as) licenciados (as), as condições objetivas apresentadas acima não permitem que essa relação se materialize plenamente.

Diante do exposto, analisamos que a tendência privatista, fruto da complexa reorganização do mundo do trabalho, configura-se de fato como hegemônica e apresenta desdobramentos em cada uma das esferas, acarretando impedimentos diversos para um processo pleno de formação de professores (as). A atuação de professores (as) mal qualificados nas escolas compromete a formação de crianças, jovens e adultos (as) que apresentarão dificuldades de inserção política, social e econômica e contribuirão para fortalecer o equívoco de que a escola pública “não funciona” porque não é bem administrada, mascarando assim os verdadeiros motivos deste fracasso e as relações sociais de produção que constituem a base de nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. **O novo (precário) mundo do trabalho**. 3ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. revisada, 10ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5ª ed., v. 2, São Paulo: Cortez, 2008.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um povo. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (org.) **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CARVALHO, E. J. G. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. **Educação e Sociedade**, vol. 30, n.109, p. 1139-1166, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a11.pdf> Acesso em 29/09/2015.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p.75-123.

DE PELLEGRIN, A. Filosofia, estética e educação: a dança como construção social e prática educativa. 2007. **Tese de doutorado**. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

DE PELLEGRIN, A.; PEREIRA, E. L.; RODRIGUES, A. T.; SILVA, H. L. F. Da didática e prática de ensino ao estágio supervisionado na FEF/UFG: continuidades, rupturas e contradições com a Reforma do Currículo de Licenciatura a partir de 2007. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (orgs.) **Didáticas e práticas de ensino - Texto e contexto em diferentes áreas do conhecimento**. Goiânia: CEPED, 2011, p.99-114.

FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100> Acesso em 01/10/2015.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p.379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf> Acesso em 27/09/2015.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, D. A.; reestruturação do trabalho docente. Precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set.-dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf> Acesso em 28/09/2015.

PERONI, V. M. V; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Estado e Terceiro Setor: As novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica Brasileira. Cedes. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108.pdf> Acesso em 27/09/2015.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L., (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002, p.13-24.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, H. L. F. Trabalho docente, sindicalismo e crise do movimento sindical. In: MASCARENHAS, Â.; ZANOLLA, S. **Sociedade, subjetividade e educação - perspectiva marxista e frankfurtiana**. Campinas: Alínea, 2011, p.43-79.

SILVA JÚNIOR, J.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2ª ed., revisada, São Paulo: Cortez, 2001.

UFG. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. **Resolução 631/03**. Define a política da UFG para formação de professores da educação básica. 2003.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. **Resolução 731/05**. Define regras para estágios dos cursos de formação de professores. 2005.

UFG. Faculdade de Educação Física. **Resolução 001/2006**. Institui e regulamenta o funcionamento do Núcleo de Didática e Prática de Ensino e Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura da FEF/UFG e dá outras providências. 2006.

_____. Faculdade de Educação Física. **Resolução 002/2006**. Institui e regulamenta o funcionamento do Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura da FEF/UFG e dá outras providências. 2006.

VIEIRA, S. L. **Educação Básica: Política e Gestão da Escola**. Líber Livro: Brasília, 2009.